



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretoria de Ensino - Região de São José dos Campos

Núcleo de Finanças

Rua Porto Príncipe, 100, Vila Rubi. Tel.: (12) 3519-4261

PROCESSO Nº 2442/0080/2016

CONVENIADA: Associação Educacional para Crianças Especiais Bem-Te-Vi

ASSUNTO: Prestação de Contas referente ao Convênio com Entidade Assistencial

PARECER CONCLUSIVO

A presente Prestação de Contas, referente ao exercício de 2017, dos recursos repassados à Associação Educacional para Crianças Especiais Bem-Te-Vi, de acordo com o Termo de Colaboração assinado em 30 de dezembro de 2016, cujos valores vão abaixo discriminados, foi analisada e considerada em ordem por este Núcleo de Finanças, segundo os critérios contidos no Artigo 114 das Instruções nº 02/16 - publicadas no Diário Oficial do Estado de 04/08/2016.

FONTE RECURSO	PARCELA	EXERCÍCIO	VALOR (R\$)	DATA REPASSE	RECEBIMENTO PRESTAÇÃO CONTAS
005003002	1ª	2017	70.000,00	08/03/2017	02/03/2018
	2ª	2017	70.000,00	12/06/2017	
	3ª	2017	70.000,00	15/09/2017	

VALORES TRANSFERIDOS (R\$) (1)	APLICAÇÃO FINANCEIRA (R\$) (2)	RECURSOS PRÓPRIOS (R\$) (3)	DISPONÍVEL PARA GASTAR (R\$) (1 + 2 + 3) (4)	DESPESAS COMPROVADAS (R\$) (5)	SOBRA DE SALDO (R\$) (4 - 5) (6)	VALOR DEVOLVIDO (R\$) (7)
210.000,00	276,00	44.990,05	255.266,05	250.615,05	4651,00	4.375,00*


***Valor devolvido em:** 19/02/2018 – Autenticação bancária: 7.59C.3D9.D32.81E.BF1

A localização e o regular funcionamento da entidade que recebeu os recursos.	X
A finalidade estatutária da entidade beneficiária.	X
A descrição do objeto dos recursos repassados.	X
A descrição dos resultados alcançados e a economicidade obtida em relação ao previsto em programa governamental.	X
O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria.	X
A regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelo controles internos do beneficiário e do concessor.	X
A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.	X
A regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolverem gastos com pessoal.	X
Cópias dos documentos das despesas correspondem aos originais apresentados pelo beneficiário onde contam o tipo de repasse obtido e o órgão repassador a que se referem.	X
Atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.	X


Informamos que este Núcleo de Finanças atesta que o Artigo 114 das Instruções TC n.º 02/16, publicada em 04/08/2016, foram atendidas em sua totalidade pelo A. E. C. E. Bem-Te-Vi e efetuados de acordo com o Termo de Colaboração.

É o que segue o parecer,

São José dos Campos, 14 de março de 2018.


 Maria Eunice do Vale Oliveira
 RG 15.719.129-1
 Diretora I do Núcleo de Finanças

De acordo,


 Adriane Carvalho Toledo Rigotti
 RG 18.225.842
 Dirigente Regional de Ensino